DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 917/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/13566/2013
PROTOCOLO	: 1438348
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ
ORDENADOR DE DESPESAS	: MARIO VALERIO
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 176/2013
EMPRESA CONTRATADA	: LUSIA DE FÁTIMA ÁVILA - ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 44/2013
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS E CMEI'S.
VALOR INICIAL	: R$ 49.148,40
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATO ADMINISTRATIVO. FORMALIZAÇÃO E TEOR. EXECUÇÃO FINANCEIRA. ATOS LEGAIS E REGULARES.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação da formalização e teor (2ª fase) e a execução financeira do Contrato Administrativo n. 176/2013 (3ª fase), celebrado entre o Município de Caarapó/MS e a empresa Lusia de Fátima Ávila - ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Mário Valério, prefeito municipal.

O objeto do contrato é a aquisição de gêneros alimentícios, (perecíveis e não perecíveis) de alimentação escolar, para atender as escolas municipais e CMEI's, no valor global de R$ 49.148,40 (quarenta e nove mil cento e quarenta e oito reais e quarenta centavos).

Foi emitida a Decisão Singular DSG. G.ODJ n. 4695/2015, julgando a legalidade e regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 44/2013 (processo TC/MS n. 13561/2013).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 25512/2015, entendendo pela legalidade e regularidade da formalização e da execução financeira do contrato em tela.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – MPC – GAB. 4 DR. JOAOMJR/SUBSTITUTO n. 12317/2016, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

DA DECISÃO

O instrumento contratual foi pactuado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

A execução financeira do contrato em análise atendeu aos ditames da Lei n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

- Valor da contratação: R$ 49.148,40;

- Anulação de Empenho: R$ 2,95;

- Valor Empenhado: R$ 49.145,45;

- Notas Fiscais: R$ 49.145,45;

- Comprovantes de Pagamento: R$ 49.145,45.

Por fim, os documentos obrigatórios foram enviados de forma tempestiva para esta Corte de Contas, conforme o prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e do parecer Ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** da formalização e teor do Contrato Administrativo n. 176/2013 (2ª fase), celebrado entre o Município de Caarapó/MS e a empresa Lusia de Fátima Ávila - ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Mário Valério, prefeito municipal, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **legalidade e regularidade** da execução financeira do Contrato Administrativo n. 176/2013 (3ª fase), consoante dispõe o art. 59, I da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, III, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 23 de fevereiro de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs